DISCURSIFIDADE E INTERDISCURSAIVIDADE NAS CAPAS DE *VEJA*

Patrícia Ribeiro Corado (UERJ)
paulobrigatto@ig.com.br

LÍNGUA, DISCURSO E IDEOLOGIA

A ideia de que a(s) linguagem(ns) se fazem sujeito e objeto sócio-histórico coloca neste trabalho a incumbência da investigação de conceitos como língua, discurso, texto e ideologia e da reciprocidade de suas relações. Assim, pretende-se, entendendo melhor a natureza da linguagem em uso, compreender os mecanismos envolvidos na produção social do sentido e, em última análise responder a uma inquietante pergunta: O que significa ler?

Aceitar a ideia de que as relações humanas se constituem no interior de um jogo discursivo, coloca-nos a todos e, em especial, aos estudiosos da linguagem, diante da difícil tarefa de entender e fazer entender as artimanhas do sentido, isso porque vivemos num universo de relações em que as leituras se fazem presentes a todo instante e, sem que percebamos, pegam-nos pela mão e nos conduzem a caminhos que pensamos ser nossos.

Assim, os estudos da língua, a fim de entender os modos como a linguagem direciona nossos olhares e nos move, passa a ver o texto – falado ou escrito, verbal ou não verbal – não apenas o veículo de um conteúdo, mas como a materialidade do discurso. A partir desse olhar, o texto deixa de ser compreendido apenas sob o aspecto estrutural e passa a ser entendido sob o prisma discursivo, isto é, em função das formações ideológicas que o determinam. A partir disso podemos definir como objeto de estudo a língua atualizada em discurso, com sua natureza ideológica refletida na sua materialidade textual.

Não se trata de redizer a teoria saussuriana em outras palavras, pois, apesar de reconhecer todo o mérito da contribuição de Saussure aos estudos linguísticos, não proponho aqui reafirmar, com outros nomes, a dicotomia entre língua e fala, onde uma é social e constante e outra é individual e ocasional. Ao contrário, o que se

quer é buscar uma compreensão da relação indissociável entre língua e discurso e, consequentemente, entre formações ideológicas e materialidade textual, de modo que tais conceitos aparecerão como unidades distintas apenas para a clareza conceitual, mas, na verdade, constituem-se como elementos indissociáveis, uma vez que é pela compreensão do funcionamento discursivo, cuja materialidade é sígnica, que evidenciaremos a intrínseca relação entre o social e o histórico, entre o sujeito, o outro, o mundo e a dinâmica disso tudo, ou seja, a história.

O discurso, portanto, não se presta a uma análise que o perceba como instrumento de transmissão de informações; ele é a própria constituição dos sujeitos, haja vista que é por meio dos sentidos por ele produzidos que vamos dando conta de um mundo que, ao ser posto em discurso vai-se fazendo real. É, desse modo, pelo discurso, material e ideológico, que nos tornamos os sujeitos que somos e, se os sujeitos são os atores da história, é pelos discursos que a história se faz e se conta.

Nesse ponto, defendo, inevitavelmente, que a língua e os estudos da(s) linguagem(ns) não cabem nos esquemas elementares de comunicação. A concepção interacionista desfaz esse quadro e levanos a perceber que o "eu", o "outro" e o "mundo" participam, ao mesmo tempo, das construções discursivas, cujo fim é muito maior e mais complexo do que o simples comunicar: é o agir com e sobre o outro e (inter)agir com e pela(s) linguagem(ns), num exercício que tem como resultado relações simbólicas que se criam e se sustentam entre os sujeitos simbólicos que participam do discurso, fundando nele relações de força e poder. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 16),

> Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.

Por parecerem tais aspectos relevantes no que diz respeito à maturidade ou ingenuidade do homem frente às suas leituras, o estudo da(s) linguagem(ns) se deve propor a um olhar que não ignore a natureza ideológica do discurso e sua materialidade textual para, dessa maneira, favorecer uma leitura que entenda o texto como resulta-

do de certas condições sócio-históricas de produção, como um diálogo entre a subjetividade e a exterioridade e como produto e produtor de sentidos e efeitos que formarão o círculo vicioso da constituição humana pela(s) linguagem(ns).

AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E A EXTERIORIDADE DO TEXTO

As concepções que adotamos sobre a língua e as linguagens guardam, sempre, forte relação com as ideias que temos dos sujeitos como agentes e/ou como objetos dessas linguagens. Assim, quando a língua é entendida como pura expressão do pensamento, concebemos o sujeito como senhor da linguagem, dono das vontades que se expressam no texto, que, por sua vez, é um produto lógico do pensamento. Por outro lado, se a língua é código, instrumento de comunicação, o sujeito discursivo é pré-determinado pelo sistema e o texto é produto da codificação de um emissor a ser decodificada por um receptor passivo. A posição que adoto aqui, entretanto, não se afina plenamente com nenhuma dessas duas tendências, pois, ao entender os sujeitos como atores sociais, vejo, necessariamente, o texto como um lugar de interação entre os sujeitos que, dialógica e mutuamente constroem-se os seus discursos e são por ele construídos. A linguagem não é, portanto, apenas objeto a ser manipulado pelos sujeitos, nem tampouco instrumento de simples codificação/decodificação, mas uma complexa atividade de produção se sentidos que se realiza e deixa evidências na superfície material do texto, exigindo e pressupondo, contudo, um diálogo com aquilo que, embora aparentemente externo ao texto, é dele determinante do ponto de vista da sua formação como discurso.

A concepção interacionista faz-nos, portanto, entender que há elementos exteriores ao texto que são determinantes para a realização dos sentidos nele produzidos. O diálogo do texto com a exterioridade pressupõe, então, que não se lê um texto sem levar em consideração o contexto ou, em outras palavras, as condições de produção que dizem respeito à posição do sujeito em relação à situação discursiva. Para uma melhor compreensão, dividirei essas condições contextuais em: condições contextuais restritas e condições contextuais amplas.

As primeiras dizem respeito ao contexto imediato da produção discursiva, àquelas condições que, de modo muito próximo à realização discursiva, interferem diretamente na ordem a que o discurso se submeterá.

As condições contextuais que aqui chamo de amplas são aquelas que pertencem a um contexto ideológico (social, histórico e cultural) presente no sujeito e determinante de suas formações discursivas, embora, muitas vezes, perdido de sua consciência. Ou seja, são elementos que, fazendo parte daquilo que somos, determinam nossa forma de ver e recortar discursivamente o real, sem passar necessariamente pelas malhas da consciência.

Isso nos levará a entender que os componentes ideológicos determinam as ações dos sujeitos sem que eles se percebam assim. São, portanto, esses elementos quanto menos visíveis, mais poderosos (e perigosos), uma vez que eles são capazes de assujeitar o homem não apenas ao discurso de outrem, mas, principalmente, ao seu próprio discurso. Isso porque não apenas o dizer está em jogo na interação pela(s) linguagem(ns), mas as imagens que se projetam pré- e pós-discursivamente: ideias que o sujeito tem de si, do outro e do mundo que se faz seu objeto de referência; essas imagens ou ideias são determinantes do discurso, por isso pré-discursivas, contudo também são resultado dos(s) discurso(s), portanto pós-discursivas.

È evidente que se aqui, pela necessidade de tornar clara uma conceituação abstrata, faço essa separação entre o que é pré- ou pós-discursivo, entre o que pertence a um contexto restrito ou a um contexto amplo, na prática esses fatores atuam sempre mutuamente e constituem um conjunto de elementos que não apenas participa do discurso em nuances, mas o determinam em sua essência. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 14,) "o que liga o dizer à sua exterioridade é constitutivo do dizer."

Essas relações da língua com seu universo de referência nos levam a entender que a compreensão dos sentidos determinantes dos e determinados nos discursos depende de um olhar que vá além da palavra.

A palavra, evidentemente, é a chave do sentido, mas a realização significativa não se encontra propriamente na língua, material,

mas também nas formações discursivas que impregnam as palavras. Mais uma vez, lembro Saussure para esclarecer que não tento aqui desconstruir a dicotomia significante/significado, mas de tentar entender se que modo, discursivamente, essa relação se efetiva.

Um exemplo que parece tornar mais claras as ideias que trago aqui é o de algumas palavras consideradas pejorativas, como preto ou aleijado. Ora, do ponto de vista da relação significante/significado não há diferenças consistentes entre preto, negro e afrodescendente ou entre aleijado e deficiente. Ocorre que, em razão das formações discursivas em que palavras como preto e aleijado estiveram historicamente envolvidas, atribui-se a elas uma carga semântica negativa não vista em outras aparentemente sinônimas. Isso parece deixar nítido que o sentido é construído num movimento histórico discursivo e que as nossas (re)produções discursivas são também (re)produções ideológicas. Nesse sentido, Orlandi (2006, p. 17), lembra que

> Como diz M. Pêcheux, o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc. não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade), mas, ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem.

Manoel de Barros, em sua palavra poética, leva-nos a uma reflexão que, pelo viés que venho apresentando aqui, procura explicar nossa relação com a língua e com o que ela é capaz de nos trazer:

A LÍNGUA MÃE

Não sinto o mesmo gosto nas palavras:
Oiseau e pássaro
Embora elas tenham o mesmo sentido.
Será pelo gosto que vem de mãe? de língua mãe?
Seria porque não tenho amor pela língua de Flaubert?
Mas eu tenho.
(Faço esse registro
porque tenho a estupefação de não sentir com a mesma riqueza
as palavras oiseau e pássaro)
Penso que seja porque a palavra pássaro em
mim repercute a infância
E oiseau não repercute.

> Penso que a palavra pássaro carrega até hoje
> Nela o menino que ia de tarde pra
> debaixo das árvores a ouvir os pássaros.
> Nas folhas daquelas árvores não tinha oiseaux
> Só tinha pássaros.
> É o que me ocorre sobre língua mãe.
>
> (Manoel de Barros – In: O fazedor de amanhecer, 2001)

Observe-se que na construção poética de Manoel de Barros o significante traz à tona uma série de significados que não estão propriamente nele guardados, mas que se criam num diálogo com o mundo e com a história, com experiências discursivas que não podem ser ignoradas quando se pensa nas relações de produção de sentido.

Seguindo essa lógica, é possível entender que qualquer discurso fala sempre antes em outro espaço/tempo e, assim, determina o que é dito agora, de maneira que, abstratamente, as vozes que falaram a mim são faladas por mim, num jogo de reproduções discursivas mútuas e sucessivas. Não pretendo reduzir o discurso ao já dito, mas afirmar que o já dito está na natureza do dizer.

O texto configura-se, então como um monumento em que a historicidade se marca, de modo que a textualidade e a historicidade constituem-se reciprocamente, Assim, o texto é, até certo grau, resultado da exterioridade que nele se inscreve. Um material discursivo posto em análise deve, portanto, evidenciar as relações que ele estabelece com as formações discursivas que o determinam e que nele ganham veículo. Isso seria assentar a análise do texto na sua discursividade e vice-versa.

Pelo raciocínio apresentado até aqui, a natureza do discurso é, necessariamente, interdiscursiva, ou seja, a constituição recíproca dos sujeitos e dos sentidos acontece no interior dos discursos, de tal forma que um discurso é sempre reprodutor de sujeitos e de discursos, portanto interdiscursivo.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 286),

> Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. Esse último está para o discurso como o intertexto* está para o texto*.

> Em sentido restritivo, o "interdiscurso" é também um espaço* discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. Assim, para Courtine (1981, p. 54), o interdiscurso é uma articulação contraditória de formações* discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas".
>
> Mais amplamente, chama-se também de "interdiscurso" o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero*, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE ASSUJEITAMENTO

Por tudo que vem sendo afirmado até aqui, cabem algumas reflexões acerca da noção de assujeitamento. Se proponho que o texto é a materialidade do discurso e que o discurso é a materialidade da ideologia, que todo dizer é, na verdade, um redizer e que, discursivamente, as ideologias que pensamos nossas ganham veículo em nossas vozes, seria natural aceitarmos plenamente a ideia de que o indivíduo é assujeitado pela língua, ou seja, de que sua consciência é apenas uma ilusão e de que os sujeitos discursivos são, de fato, repetidores discursivos. Faz-se necessário, entretanto, pela linha de análise que adoto, que se relativizem até certo grau esses conceitos.

De acordo com a concepção de assujeitamento, a consciência discursiva não pertence ao indivíduo, é produzida de modo independente de seus domínios. Nas palavras de Koch (2003, p. 14), "ele tem apenas a ilusão de ser a origem de seu enunciado, ilusão necessária, de que a ideologia lança mão para fazê-lo pensar que é livre para fazer e dizer o que deseja.".

Ora, é verdade que até certo ponto isso realmente se verifica. Relato, para exemplificar, uma recente experiência: num debate sobre cotas raciais, uma aluna procurava defender a ideia de que as cotas são desnecessárias e, afirmando que todos são iguais e devem, portanto, ter seu acesso à universidade pública garantido pelas mesmas vias, cita um exemplo de um estudante negro e "cotista" que, segundo ela, tripudiava de seus colegas brancos que "se matavam de estudar para o vestibular". Outra aluna revelou, então, que o estudante mencionado colega não era "cotista", pois seu ingresso naquela

universidade fora anterior à implementação da política de cotas. Dito isso, a colega imediatamente retrucou: "Então, além de negro, ele é mentiroso!" e seguiu defendendo veementemente a ideia de que ela não era racista.

O fato parece deixar claro que, em muitos casos, o dizer é determinado sim pelas nossas inconsciências discursivas. Possivelmente a aluna sequer percebeu o conteúdo depreciativo que, em seu discurso, atribuíra à palavra "negro".

Por outro lado, imaginar que esse assujeitamento é total e inerente ao dizer pode nos levar a reducionismos perigosos sobre a língua e sobre os textos e, em lugar de percebermos o caráter multifacetado da produção de sentidos, passamos a vê-la como algo completamente alheio aos sujeitos que, por esse olhar, são reduzidos a peças de um discurso sem atores materiais.

O que defendo aqui, ao contrário, é que produção e reprodução discursivas são atividades complementares, simultâneas e indissociáveis por meio das quais os sujeitos, atores discursivos, propõem os seus jogos de interação, ora de modo mais consciente e, portanto, mais competente, ora nem tanto.

Pretendo, assim, adotar uma postura teórica que busca o equilíbrio entre a proposta pragmática de um sujeito dono das suas palavras e consciente de todos os sentidos e a proposta da Análise do Discurso de um sujeito caracterizado pela não consciência, até porque entendo que não há rigor teórico que justifique entender as duas visões como excludentes entre si, uma vez que, se por um lado o sujeito é manipulável pelo discurso, ele também, em outras cenas, é o articulador discursivo de representações manipuladoras.

> Creio que uma solução interessante para a questão do sujeito pode ser formulada a partir da conjugação de dois conceitos, a meu ver francamente compatíveis: o conceito de "usuário", cunhado por de Certeau (1990), e o de competência discursiva, proposto por Maingueneau (1984). A noção de usuário tem a finalidade de permitir formular uma concepção que, sem pretender recuperar o sujeito uno da tradição filosófica ocidental – que é sem dúvida o sujeito/locutor da pragmática – nem por isso aceita considerá-lo mero efeito do que o precede e o afeta – estruturas, inconsciente, linguagem. A pretensão é dar conta do processo de que o sujeito participa, a despeito de tudo, como agente. Ou seja, embora sendo "efeito das estruturas" que o condicionam, ele é, mesmo as-

> sim, um usuário dos produtos (e dos discursos), não apenas seu consumidor. (Possenti, 2002, p. 79)

Para se fundamentar a verdade da teoria da Pragmática, podemos pensar em casos como os de mudança de posicionamento argumentativo, que parecem evidenciar o sujeito como dono das suas posições discursivas. Pode-se, no entanto, contra-argumentar, para o enriquecimento do debate, com a ideia de que a suposta tomada de posição do sujeito, constitui-se, na verdade, como fruto de uma batalha discursiva a que o sujeito se apresenta e que ganha palco dentro dele.

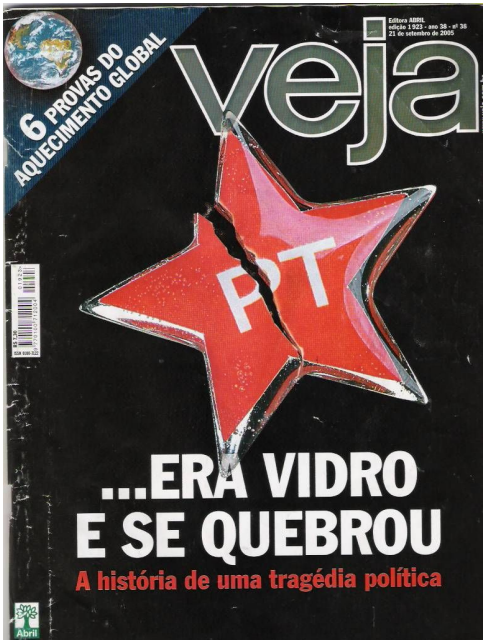
Por minha parte, entendo que os dois olhares são complementares e enriquecedores da análise uma vez que ambos, associados, criam condições para que percebamos a necessidade de se mobilizarem estratégias cognitivas várias e diversos componentes do conhecimento para a compreensão do texto como um espaço em que o dizer se materializa deixando marcas do seu antes e apontando para o seu depois. De acordo com o conceito de competência, de Maingueneau (2007, p. 59), "a competência é um fato discursivo, não uma questão de crença. A representação que os Sujeitos se fazem de seu pertencimento não coincide necessariamente com sua situação efetiva.". Portanto, ainda de acordo com Maingueneau, assume-se na proposta de análise que apresento aqui o lugar privilegiado que a heterogeneidade tem em qualquer formação discursiva e a presença constante e determinante do outro nos nossos textos, o que não significa, sobremaneira, a aceitação da imagem dos sujeitos como "ceras moles que se deixariam dominar, assujeitar por um discurso todo poderoso" (2007, p. 53).

Koch (2003, p. 18), ao apresentar os seus "modelos de interpretação" de Dascal, propõe também a compreensão de tais modelos a partir da perspectiva da complementaridade e explica usando a "metáfora do iceberg":

> No topo está o signo a ser interpretado. Abaixo dele, várias camadas de sentido a ser caçado. Imediatamente abaixo da superfície, encontra-se o sentido semântico cristalizado, ao qual o modelo criptológico almeja. Mais abaixo, as intenções (*speaker's meanings*), que pedem uma interpretação pragmática. Mais ao fundo ainda, as florestas geladas em que os teóricos das causas profundas exercitam seu jogo favorito. Já os defensores do modelo hermenêutico recusam-se a mergulhar na água. Alguns deles até negam que o *iceberg* tenha partes submersas. Nem mesmo gostam

de caçar: preferem criar seus próprios animais de estimação, em castelos perfeitamente adequados, construídos no ar, sobre o topo da montanha de gelo.

Evidentemente, os limites entre as camadas são bastante difusos e cada camada – que pode ser muito fina – precisa ser protegida e respeitada, para evitar o desmoronamento de todo o *iceberg*.



A proposta de Dascal (*apud* Koch) afina-se com as minhas ideias sobre leitura e, em especial, sobre a leitura de textos midiáticos, uma vez que pretende mobilizar, com o devido respeito metodológico, diferentes áreas do conhecimento teórico a fim de desvendar os interesses de força e poder que se escondem, aparentemente ingênuos e adormecidos, nas malhas do texto.

ANÁLISE

Na análise que se segue tentarei mostrar como as evidências e camuflagens interdiscursivas e intertextuais assumidas pelo sujeito-autor de um texto podem funcionar argumentativamente como estratégia de captação de adeptos ou de refutação de "verdades".

Trazida a público em 21 de setembro de 2005, a capa acima apresenta, inegavelmente, forte carga ideológica e avaliativa em relação à ação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. Para a veiculação de sua mensagem, o enunciador recorre à intertextualidade com a conhecida cantiga de roda "*O anel que tu me deste era vidro e se quebrou, o amor que tu me tinhas era pouco e se acabou.*". A estrela, símbolo do PT, aparece no texto não verbal feita de vidro e quebrada, o que, pelo uso das reticências no lugar do sujeito verbal, leva o leitor a ocupar esse espaço sintático pelo significado do elemento simbólico que se apresenta na imagem, o PT, ou seja, a mesma desilusão veiculada na cantiga em relação a um amor frustrado deve ser levada para a relação do povo com o partido ao qual confiou sua credibilidade, suas esperanças e, principalmente, seus votos.

A intertextualidade é, assim, compreendida como um recurso do qual deriva uma intencional associação semântica entre o novo texto e o texto que nele é retomado. É o que explica Valente (2006, p. 174):

> A intertextualidade refere-se às citações de outros textos feitas pelo autor do texto, **que busca, de forma consciente, levar o receptor a reconhecer as conexões semânticas entre o texto por ele produzido e outro(s) texto(s) anteriormente produzido(s)**. (Grifo nosso)

Carvalho (2003, p. 85) confirma essa compreensão da expressividade do recurso intertextual, dizendo que

> A provocação de lembranças tem um efetivo poder de expressão. O que o texto atual diz soma-se ao que disseram os anteriores, desencadeando o automatismo da memória e despertando o interesse pela inovação (quando ela existe). A frase feita aparece ajustada à versão original, mas numa situação diferente.

Nesse caso, parece estabelecer-se uma espécie de cumplicidade entre autor e leitor, na medida em que o conhecimento do texto citado é fundamental para a compreensão plena da mensagem, desde seu aspecto mais superficial até a captação de sua carga ideológica e

de seu conteúdo implícito, uma vez que o texto resgatado, pertencente ao repertório popular, faz-se elemento constituinte do código. Ou seja, texto, capa de revista, tem texto, cantiga de roda, como código.

A intertextualidade, desse modo, constitui-se num movimento de retorno ao código, fazendo com que autor e leitor criem entre si um laço de afinidade, como se ambos, dominando um código comum, pudessem se ver refletidos um no outro. Assim, a intertextualidade, não assume apenas um valor estilístico, mas atua discursivamente como elemento de valor argumentativo, uma vez que contribui como estratégia para a captação de adeptos.

De acordo com Carvalho (2003, p. 84-5), isso ocorre porque recursos que recorrem a fórmula fixas

> Podem se tornar elementos de valorização de um texto, **despertando a adesão do leitor por meio de algo já conhecido**, que estimula a memória. (...) **Reservam ao leitor a satisfação de um conhecimento partilhado, de algo que se torna comum entre o autor e o leitor.**
>
> (...)
>
> Na íntegra ou modificados, esses jogos de palavras **facilitam a comunicação, estabelecendo uma certa familiaridade com o leitor**, além de incorporar o elemento surpresa na fórmula fixa. Por isso seu uso é difundido na linguagem dos *mass media*, sobretudo no jornalismo e na publicidade.
>
> (...)
>
> Esses *estilemas*, como os chama Umberto Eco (1974, p.62), **fomentam o espírito de grupo, reforçando os veículos da comunidade cultural, pois fazem parte do patrimônio de cada povo.** (Grifos nossos)

O que, na cantiga, é a história de uma tragédia amorosa, na construção intertextual apresentada pela revista é "A história de uma tragédia política". Chama a atenção a seleção do item lexical "tragédia", que, nesse caso, atende tanto ao seu valor semântico original - referente às montagens do teatro grego em que figuravam personagens ilustres cujas ações acabavam por gerar acontecimentos funestos –, como também ao valor mais recorrente no uso popular, que se desgarra do valor literário com origem no teatro grego, e é concebido como desgraça, infortúnio, catástrofe etc. O autor produz, com esse recurso, sentidos da mesma natureza, seja para o leitor que traz consigo um repertório mais erudito, seja para aquele leitor com menor grau de erudição. Ou seja, competentemente, o texto torna possível o

diálogo com públicos distintos, fazendo-se entender, ainda que com profundidades distintas, por todos aqueles que por ele passarem e, assim, ganha cada vez mais a credibilidade do leitor nesse jogo em que falar uma linguagem comum ao outro se confunde, estrategicamente, com dar voz ao outro.

A cor preta que ocupa o fundo, remetendo à ideia de luto, reforça a ideia de negatividade. Até o nome da revista, que costuma vir em cores vibrantes, aparece, nessa edição, em cinza, compondo o ambiente de sobriedade exigido pela ideia de pesar que se veicula na capa. Evidentemente, além de as cores, nesse contexto, contribuírem para a significação referida, elas funcionam de modo a favorecer a formação de um pano de fundo que garanta destaque à eloquente composição feita a partir da estrela.

Apresento a seguir a capa da edição 1964, de 12 de junho de 2006, cujo tema, no campo da religiosidade, são as igrejas designadas como neopentecostais.

Para iniciar essa análise, observe-se que o ambiente que compõe o fundo da imagem em nada nos remete à esfera de sobriedade. A Bíblia, que ocupa o primeiro plano, é, aos olhos do grande público, e, ao que tudo indica, também do enunciador discursivo, um objeto, se não antagônico, paradoxal a todos os outros elementos postos em cena.

A praia, a prancha de surfe, o homem que, com unhas mal feitas e cabelos arrepiados, sorri com os olhos são todos componentes que conferem à capa da revista um ar de informalidade que em nada guarda relação com a sobriedade imposta pela Bíblia. A cor vibrante em que aparece o nome da revista, bem como as cores e a disposição desalinhada das letras da palavra "show!" em destaque contribuem para garantir o tom de muita brincadeira e pouca seriedade veiculado na capa e, inevitavelmente, associado ao objeto de referência: as igrejas neopentecostais.

Nesse uso da unidade lexical "show" é interessante observar como o signo verbal, de natureza simbólica, ganha um caráter icônico pela forma gráfica que ganha. A relação significante-significado se expressa no aspecto gráfico da palavra que, assim, torna-se ícone do objeto representado.

Santella (2002, p. 23) explica esse aspecto icônico das palavras, dizendo:

> Mesmo as palavras, que são genuinamente simbólicas, exibem seu aspecto icônico na materialidade da escrita que os jornais, por exemplo, exploram muito bem no uso diferenciado que fazem do tipo gráfico e do corpo das letras. Na linguagem falada, o modo como as palavras soam, a sua musicalidade particular corresponde a seu aspecto icônico que pode até funcionar por similaridade em relação ao seu referente, como ocorre com palavras do tipo olho, por exemplo, em que se tem uma similaridade visual da escrita – O O – com os próprios olhos.

Ainda no âmbito não verbal, merece destaque a foto, oriunda de um ângulo segundo o qual o sorriso do homem – o pastor surfista Rinaldo Pereira – parece estar sendo escondido atrás da Bíblia, como se fosse necessário esconder esse sorriso e o livro sagrado fosse, então, uma máscara; assim, são os olhos – vulgarmente "janelas da alma" – que revelam ao leitor esse sorriso alegre? esperto? irreverente? irresponsável? bem-sucedido?

Quanto ao texto verbal, vários são os elementos que criam a coerência da linha ideológica adotada pelo enunciador. No título "O pastor é show!" a irreverência da juventude aparece numa tomada claramente interdiscursiva. Trata-se de uma estratégia que, enquanto confirma o juízo de valor até agora explicitado nesta análise, lançando, sob uma ótica mais tradicional de fé e religião, um olhar de desconfiança para o assunto, garante o diálogo com o crescente número de jovens fiéis dessas igrejas. Trata-se da *estratégia de credibilidade* (Charaudeau. **In** Charaudeau e Maingueneau, 2004), sem o uso da qual o veículo de imprensa se coloca sob o risco da rejeição do leitor, o que enfraquece o seu dizer e, consequentemente, o seu poder.

No texto menor, em que a revista toma efetivamente para si a palavra, o que se evidencia pela seriedade das palavras, combinadas num arranjo sintático claro e grafadas com letras simples e pretas, a expressão adverbial, com valor semântico de meio, aparece topicalizada, o que evidencia a estratégia do sujeito da oração para a realização da ação. Fica, desse modo, a ideia de que "a nova geração de pregadores " realiza suas ações não por meio da fé, da palavra ou dos ensinamentos cristãos, mas "com uso da psicologia e auto-ajuda". Subentende-se, daí, que não se trata, propriamente, de uma ação religiosa, mas de uma conquista que tem como matéria-prima carências psicoemocionais dos conquistados.

No sujeito "uma nova geração de pregadores", destaco para a análise o uso da palavra "pregadores", cuja carga semântica é notadamente desgastada, abrangendo qualquer um que propale alguma ideia ou doutrina, seja ela válida ou não. É importante destacar que numa capa anterior, cuja referência era o Papa (edição 1899), a revista compara-o aos "grandes pastores", aqueles que conduzem o rebanho e dele cuidam; no caso em tela, entretanto, a palavra "pastor" aparece, mas numa voz que não é propriamente a da revista, num interdiscurso, que é definido por Fiorin (2003, p. 32 *apud* Valente, 2006, p. 175) como "o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro.".

Acerca das motivações que determinam as escolhas lexicais, Carvalho (2003, p. 36) ensina:

> Na verdade, todas as unidades da língua têm um valor subjetivo, porque as palavras são recortes do mundo referencial e lhe impõem uma forma particular de conteúdo. Afinal, nenhum falante descreve a natureza com imparcialidade absoluta; mesmo que se imagine neutro, é obrigado de alguma forma a imprimir sua interpretação. Ao ver-se confrontado com a necessidade de descrever um objeto, por exemplo, terá de selecionar unidades entre as que compõem seu repertório, e sua escolha será sempre subjetiva – quer se trate de termos lisonjeadores, quer de pejorativos.

Como predicado da primeira oração do período, temos a expressão "dá espetáculo", o que resgata semanticamente, num movimento coesivo, a ideia de *show* presente no título. Mais uma vez o discurso funciona duplamente, por um lado confirmando a ideia de que a ação dos pregadores não é propriamente religiosa e/ou cristã, mas, sobretudo, pirotécnica e, por outro lado, afinando-se com o discurso dos jovens (e também dos não tão jovens) que usam informalmente a palavra "espetáculo" como uma forma de designar o que é muito bom.

Numa formação coordenada, um segundo predicado para o mesmo sujeito é "reinventa a fé". Nesse caso, a unidade lexical "fé", elemento de carga semântica e valor simbólico positivo, é apresentada com uma oração adjetiva que a restringe como uma fé específica e relativizada pela forma verbal "reinventa". Ou seja, o que fica nas malhas da pressuposição é que esse tipo de fé é "inventada", ou seja, fruto de uma criação humana e não de um vínculo com o divino. Assim, reinventar a fé é inventá-la quantas vezes a imaginação permitir e, de acordo com o que se infere por meio de subentendidos, pelos modos que a psicologia e a auto-ajuda possibilitam.

Encerrar estas considerações exige ainda que, entendendo o texto como um todo em que as partes se relacionam e só assim produzem sentidos, estabeleçamos um vínculo entre a última oração do período, a adjetiva que, restringindo o significado da fé de que se trata, define-a como a "que mais cresce no Brasil" e a legenda da foto de Rinaldo Pereira. A legenda apresenta Rinaldo como "o pastor surfista que em seis anos ergueu 26 templos e conquistou 10000 fiéis", o que não só confirma o conteúdo veiculado na oração relativa como também, pelas associações com todos os elementos do texto, contribui para a visão da ação como um negócio, com estratégias claras e lucros comprovados.

As abordagens trazidas por *Veja* evidenciam que a percepção do real está sempre impregnada de conceitos e pré-conceitos que se fixam nas formações discursivas e fazem delas seus veículos. Se a partir de diferentes perspectivas é possível construir as mais diversas imagens do mesmo objeto, a imagem que será selecionada para representar publicamente esse objeto depende da intencionalidade, que, por sua vez, é determinada por um jogo em que se envolvem valores, poder e força.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. A interação verbal. **In**: *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CARVALHO. Nelly de. *Publicidade*: a linguagem da sedução. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003

CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso* (coord. e trad. Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística – dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1972.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos.* Curitiba: Criar, 2007.

ORLANDI. Eni Puccinelli. Análise de Discurso. **In**: —— e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: Criar, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

VALENTE, André Crim. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

———. A intertextualidade nos discursos midiático e literário. **In**: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino e SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs.). *Estratégias de leitura*: texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.